



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

05/07/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Brasil está entre os dez países que mais violam direitos trabalhistas

O Brasil segue ladeira abaixo na questão trabalhista, figurando hoje entre os dez países que mais violam esse tipo de direito. Segundo a nona edição do Índice Global dos Direitos, da Confederação Sindical Internacional (CSI), Bangladesh, Belarus, Brasil, Colômbia, Egito, Essuatíni, Filipinas, Guatemala, Mianmar e Turquia são os dez piores para os trabalhadores em 2022.

Conforme o relatório, a situação no Brasil “continuou se deteriorando, já que empregadores e autoridades violaram regularmente seus direitos coletivos básicos”. O documento acrescenta que com a adoção da Lei 13.467/2017, da reforma trabalhista, “todo o sistema de negociação coletiva entrou em colapso no Brasil, com uma redução drástica de 45% no número de acordos coletivos celebrados”.

Além disso, aponta, “a força de trabalho, especialmente no setor da saúde e na indústria de carnes, teve que enfrentar as duras consequências da má gestão da pandemia de coronavírus pelo presidente (Jair) Bolsonaro, com a deterioração de suas condições de trabalho e o enfraquecimento das medidas de saúde e segurança”.

Outro dado recente mostra a grave situação vivida por parte da classe trabalhadora brasileira. Segundo informação colocada pelo diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Valter Pugliesi, durante audiência pública ocorrida no final de junho na Câmara, somente no ano passado, 1.937 pessoas foram resgatadas de condições análogas à escravidão, com a presença do Ministério Público do Trabalho, como parte de mais de 1.500 ações judiciais. Em 2022, outras 500 foram retiradas dessa situação.

“Isso é uma chaga social. É impossível que tenhamos em pleno século 21 estatísticas oficiais que apontam que o trabalho escravo ou análogo à escravidão se tornou quase corriqueiro em alguns rincões deste nosso País”, declarou Pugliesi na audiência. Na ocasião, entidades ligadas à questão denunciaram a redução da estrutura de fiscalização e das verbas destinadas ao combate do trabalho escravo no governo Bolsonaro. Saiba mais em: CNTI, terça-feira 05 de julho.

Dieese: flexibilização das leis trabalhistas foi “ponte para o futuro” de País desempregado

“O mercado interno foi desintegrado e a renda pública foi colocada em risco, principalmente o orçamento da Previdência Social”, afirma a Lucia Garcia, economista do Dieese especialista em mercado de trabalho. “Quem ganhou com as reformas foram os setores exportadores e financeiro, aprofundando nossa vocação de entregar o sangue de povo para luxúria da elite”, complementou.

Estudo recente da USP (Universidade de São Paulo), assinado pelos pesquisadores Gustavo Serra, Ana Bottega e Marina da Silva Sanches, concluiu que, ao contrário do que prometiam os defensores da Reforma Trabalhista, cortar direitos do trabalhador não teve impactos positivos no mercado de trabalho.

A pesquisa cita, ainda, que reformas semelhantes adotadas na Europa também não entregaram o que prometiam.

Outro levantamento, abrangendo vários países europeus que desregulamentaram as leis trabalhistas, indicou, em vez de avanços, elevação da taxa de desemprego. Saiba mais em: CNTI, terça-feira 05 de julho.

IPC-Fipe desacelera alta a 0,28% em junho com recuos em preços de habitação e transportes

O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) de São Paulo subiu 0,28% em junho, desacelerando ante a alta de 0,42% em maio, com queda nos custos de Habitação e Transporte.

Os dados divulgados nesta segunda-feira (4) pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) mostram que os preços de Habitação tiveram recuo de 0,57% no mês, enquanto os de Transporte caíram 0,25%.

Em maio, esses grupos haviam registrado respectivamente deflação de 1,18% e alta de 0,87%.

Já o maior impacto positivo em junho foi exercido por Alimentação, embora a alta tenha desacelerado de 1,15% no mês anterior para 0,93%. Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 05 de julho.

Preço no campo gera inflação recorde e não vai dar trégua ao consumidor

A inflação dos alimentos, ao subir 11,7% no primeiro semestre, atingiu a maior taxa para o período nos últimos 28 anos, segundo dados divulgados pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) nesta segunda-feira (4).

É um peso no bolso do consumidor que será difícil de ser revertido a curto prazo. A taxa de inflação pode até ficar estável, ou recuar um pouco, uma vez que ela vem da comparação de preços médios. Basta os preços permanecerem estáveis que a taxa para de crescer. O patamar elevado dos preços registrado nos últimos anos, porém, permanecerá.

Essa pressão vem do campo, e as perspectivas de mudanças não são boas. O Brasil continua obtendo safras recordes, embora sempre abaixo do potencial devido a adversidades climáticas, mas a demanda externa está aquecida e traz a pressão dos preços de fora para dentro do país.

Produção e demanda mundiais estão em desequilíbrio e só serão ajustadas com pelo menos duas boas safras nos próximos anos nos principais produtores mundiais.

Esse cenário, porém, está difícil, uma vez que sempre há irregularidades climáticas em alguma região do planeta ou alguma perturbação geopolítica, como a guerra entre Rússia e Ucrânia.

A demanda global de alimentos vai depender também do desempenho da economia mundial. A previsão de recuperação após a pandemia poderá ser freada pelo aumento dos juros, o que afetará a economia e o poder aquisitivo do consumidor.

Essa desaceleração econômica, no entanto, influencia em escala menor o consumo de alimentos. No Brasil, apesar da recuperação do emprego, a renda continua achatada, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O novo patamar de preços dos alimentos no campo vai continuar pesando nas finanças do consumidor.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 05 de julho.

Servidores do BC protestam em frente à sede da autarquia, em Brasília

Em greve por reajuste salarial e reestruturação de carreira, os servidores do Banco Central protestaram em frente à sede da autarquia, em Brasília, na manhã desta segunda-feira (4).

Cerca de 300 pessoas marcaram presença na mobilização na capital federal, de acordo com o Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central).

Por volta das 11h, os funcionários do BC fizeram uma meia-lua ao redor do prédio, ao som do Hino Nacional, em um abraço simbólico.

Também foram realizados atos presenciais em Curitiba, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O ato desta segunda pode ter sido o último antes do fim da greve dos servidores. A categoria irá rediscutir os rumos da mobilização e uma possível mudança de estratégia do movimento em uma assembleia deliberativa nesta terça (5), às 9h.

No último encontro, na semana passada, os funcionários do BC aprovaram a continuidade da paralisação até esta segunda, último dia em que seria possível conceder aumento salarial em razão do prazo imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que impede elevação de gasto com pessoal nos últimos 180 dias do mandato.

O presidente Jair Bolsonaro (PL), contudo, já havia dito que o funcionalismo público deveria ficar sem reajuste salarial neste ano.

Os servidores do BC estão de braços cruzados de forma ininterrupta desde o dia 3 de maio, após trégua de duas semanas da paralisação iniciada em 1º de abril.

A rotina da autoridade monetária ficou bastante comprometida no período, com a interrupção na divulgação periódica de indicadores importantes para o mercado financeiro, como a pesquisa Focus.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 05 de julho.